

Conheça as propostas da
CUT para a reforma política no país

Jornal da
CUT®
BRASIL

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
ano 4 • nº 34 • maio/junho de 2011 • www.cut.org.br

Salário = inflação? Essa não cola!

**Trabalhadores que alimentam
economia não aceitarão
deculpas dos empresários
(e pedido do governo) de achatar
ganhos para conter a inflação**



Fábio Pozzebom/ABr

**Câmara dos Deputados
se curva ao agronegócio
e aprova novo Código
Florestal**
Página 2

**A história da luta
LGBT na CUT**
Página 3

**Central irá priorizar
trabalho decente nas
conferências**
Página 7

**Números comprovam
que não há inflação
causada por
consumo no Brasil**
Página 8



editorial



Roberto Parizotti

A Central Única dos Trabalhadores está orientando os sindicatos filiados a organizarem as mais ousadas mobilizações e as mais arrojadas e exigentes pautas de reivindicações dos últimos tempos durante as campanhas salariais que vão ocorrer no segundo semestre.

É tempo de arrojo, especialmente para mostrar nossa contrariedade com a ideia de que aumentos reais de salário podem representar uma ameaça ao controle da inflação no Brasil.

Em grande parte dessa edição, é disso que o Jornal da CUT trata: a luta, neste semestre e nos próximos, para não nos deixarmos levar pelo falso conceito que o Brasil está à beira de um descontrole inflacionário e de que aumentos reais de salário vão piorar a situação.

Alguns dados que apresentaremos aqui comprovam aquilo que já sabemos na prática: aumentos reais de salário são uma forma de redistribuir a renda e combater a enorme desigualdade que persiste. Quem diz o contrário, como a velha mídia e o setor financeiro, quer simplesmente aumentar a exploração.

Vamos continuar lutando contra isso.

Artur Henrique, presidente nacional

Conquista

Agricultores familiares garantem investimento de R\$ 16 bilhões e redução dos juros

Com grande participação de representantes cutistas, duas atividades organizadas por trabalhadores rurais entre os dias 16 e 20 de maio agitaram Brasília e os estados do Sul. Ambas visavam pressionar o Governo Federal a atender as necessidades da agricultura familiar.

Na 17ª edição do Grito da Terra, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) reuniu cerca de 6 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais na capital federal.

No encerramento da atividade, em audiência com a presidenta Dilma Rousseff, a confederação recebeu uma resposta positiva às proposições contidas em sua pauta de reivindicações.

Dilma anunciou um investimento de R\$ 16 bilhões no Plano Safra da Agricultura Familiar para este ano, que poderá ser ampliado em 2012. As taxas de juros para crédito de investimento destinadas aos agricultores cairão pela metade, variando entre 0,5% e 2% ao ano, dependendo da categoria e da linha de financiamento. Antes, chegavam até 4%.

Outras reivindicações acatadas pelo governo foram a criação do Programa de Garantia de Preços Mínimos, investimentos em saneamento e habitação, criação de uma superintendência na Caixa Econômica Federal para a questão da habitação rural e a antecipação para os meses de junho e julho da liberação de R\$ 530 milhões para compra de terras no âmbito da reforma agrária, que estavam previstos para serem disponibilizados ao longo do ano de 2011.



Antonio Cruz / ABr

Trabalhadores rurais ocupam Brasília

VII Jornada de Lutas da Agricultura Familiar

Já os agricultores da Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), realizaram uma série de atividades, também em Brasília, que prosseguirão até o dia 26 de maio, quando ocorreu uma audiência com a presidenta Dilma. Ela assumiu um compromisso de estabelecer um encontro com a entidade a cada dois meses.

Antes, em reunião com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, a Federação garantiu junto ao governo a criação de um grupo de trabalho com a finalidade de discutir a questão do endividamento agrícola.

Movimento



Douglas Mansur

No último dia 24, o agronegócio conseguiu fazer com que os parlamentares da Câmara aprovassem o texto que altera o Código Florestal. Foram 410 votos favoráveis ao relatório de Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que anistia desmatadores. Uma emenda do PMDB delegou aos Estados, mais fracos diante dos ruralistas, decidir sobre os limites para cultivos em Áreas de Preservação Permanente. A CUT (acima, no plenário da Câmara, durante a votação) e os movimentos sociais agora farão pressão para que o documento seja modificado no Senado. Saiba mais em <http://bit.ly/GjfGg>.

expediente:

Jornal da CUT é uma publicação mensal da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Artur Henrique da Silva Santos. **Secretária nacional de Comunicação:** Rosane Bertotti. **Direção Executiva:** Antonio Lisboa Amâncio do Vale; Aparecido Donizeti da Silva; Carmen Helena Foro; Dary Beck Filho; Elisângela dos Santos Araújo; Expedito Solaney; Jacy Afonso de Melo; Jasseir Alves Fernandes; João Felício; José Celestino; Julio Turra; Junéia Martins Batista; Manoel Messias; Maria Julia Nogueira; Pedro Armengol; Quintino Severo; Rogério Pantoja; Rosana Sousa de Deus; Rosane Silva; Shakespeare Martins de Jesus; Vagner Freitas; Valeir Erle. **Jornalista responsável:** Isaias Dalle (MTB 16.871). **Redação e edição:** Isaias Dalle, Leonardo Severo, Luiz Carvalho, Paula Brandão, Vanessa A. Paixão (secretaria e revisão), William Pedreira da Silva e Éder Eduardo (programador). **Projeto gráfico e diagramação:** TMax Propaganda. **Capa:** Parizotti. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 20 mil exemplares.

hisTória

Ainda nos primeiros capítulos, CUT constrói história pela afirmação LGBT



Carro da CUT participa da Parada do Orgulho LGBT, em 2005

Marcos Freire, coordenador do coletivo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) da CUT-SP lembra bem de um debate que organizou em 1997 para discutir a participação do seguimento no movimento sindical.

Adesistência de um dos palestrantes, um professor da USP (Universidade de São Paulo), sob alegação de que não teria coragem de falar a respeito do tema em ambiente tão machista, demonstra como o assunto era tratado pelos sindicalistas e como pensava a sociedade brasileira, ressalta Freire, também representante da Central no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Afirmar que a questão não causa mais desconforto seria um exagero, mas é inegável que o debate avançou nas instâncias cutistas, especialmente nos últimos 10 anos. "Em 1998, participei da I Conferência Mundial sobre Homossexualidade, Trabalho e Sindicalismo em Amsterdã e tive contato com a FNV,

central sindical holandesa que propôs financiar um projeto de formação na CUT para discutir o tema. Ao voltar, elaboramos com a Comissão Estadual Contra a Discriminação Racial da CUT-SP, e com a Comissão de Mulheres da CUT nacional e da CUT-SP, uma proposta de resolução para ser apresentada nas plenárias estatutárias em 1999", lembra Maria Izabel da Silva, a Bel, que muitas vezes ouviu ser uma excelente dirigente, apesar de homossexual.

A aprovação do texto na Plenária Nacional foi fundamental para os avanços que vieram a seguir. Em 2000, a Central realizou o I Seminário Homossexualidade, Trabalho e Sindicalismo, que originou um grupo de trabalho voltado à orientação e à diversidade sexual.

Em março de 2008 veio a conquista crucial, quando surgiu na CUT-SP o primeiro coletivo LGBT da história da central, responsável por lançar uma cartilha para combater a homofobia por meio da informação. Em 2009, a mobilização dá origem também ao Coletivo Nacional, respondendo à

necessidade do movimento sindical se posicionar contra essa forma de discriminação.

Aos poucos, o Brasil passa por transformações e começa a respeitar o artigo 5.º da Constituição que versa sobre a igualdade de direitos para todos os cidadãos e cidadãs perante a lei. Enquanto ações como o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e a recente decisão do Supremo Tribunal Federal de garantir o reconhecimento legal da união homoafetiva ajudam a garantir direitos, no âmbito sindical, a principal missão é dar visibilidade à discussão. "Temos o desafio de fazer com que todas as CUTs nos estados criem coletivos LGBT e que os ramos pautem o debate", define Zezinho Prado, coordenador do Coletivo Nacional LGBT da Central.

Para ele o próximo grande desafio é a aprovação do PLC 122/06, que criminaliza a homofobia. Aprovado na Câmara em 2006, o projeto tramita na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Elevar salário é



Trabalhadores foram fundamentais para o crescimento de 7,5% da economia em 2010

Aos poucos e sem muito alarde para não chamar atenção, parte dos empresários que busca alternativas para não dividir os lucros acumulados com o crescimento de 7,5% da economia brasileira em 2010, o maior registrado nos últimos 24 anos, espalha recados pela velha mídia.

Por meio de colunistas e "especialistas", muitos dão o tom que deve predominar na mesa de negociação. Sem poder usar o discurso da estagnação, essa fatia da sociedade brasileira utiliza agora o argumento de que a elevação do poder de compra aumenta a capacidade de consumo, a demanda por produtos e, consequentemente, faz com que os preços subam.

Esse tipo de conversa cresce especialmente no segundo semestre, quando três das mais representativas categorias brasileiras iniciam campanha salarial. Tanto os trabalhadores petroleiros quanto os bancá-

rios e os metalúrgicos têm data-base em setembro e colocam no papel as reivindicações definidas durante os assembleias regionais.

Porém, os empregadores que acreditam na possibilidade dessa manobra frear o processo de crescimento das conquistas nas negociações coletivas devem se decepcionar. Os dirigentes ouvidos pelo **Jornal da CUT** foram unânimes em afirmar que não aceitaram, ao menos, repetir os números de 2010, quando 96% das campanhas culminariam em aumento acima da inflação, melhor resultado em 16 anos.

Para o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), João Moraes, entidade à frente de cerca de 150 mil trabalhadores, o combate à inflação não deve se dar pela repressão da demanda e sim por meio do investimento no aumento da oferta. "Essa visão de encolher salário com a desculpa de controlar o

crescimento inflacionário é algo que não funciona nem mesmo para o patrão, porque com menos dinheiro no bolso, o trabalhador também comprará menos. Acredito que os empresários e o Estado devem investir em infraestrutura para gerar desenvolvimento e crescimento e não promover a retração", define.

A opinião é endossada por Valmir Marques, o Biro Biro, presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM), que representa 250 mil trabalhadores em São Paulo. "Nós já passamos dessa fase de aceitar a lógica de estagnar salário. Muito pelo contrário, se recompormos o poder de compra teremos capacidade de fazer a economia girar", cita.

Aumentar salário é distribuir renda

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), Carlos Cordeiro, acrescenta um outro ingrediente à discussão: a distribui-

distribuir renda

ção de renda. "Na nossa categoria, por exemplo, o lucro dos bancos cresce muito mais que a inflação. Enquanto os seis maiores bancos brasileiros tiveram lucro de 30% em relação à 2009, o aumento para os bancários ficou entre 7,5 e 16%. A elevação dos salários tem a função de combater a vexatória concentração de renda que ainda impera em nosso país e fazer com que os lucros sejam revertidos em justiça social", explica.

Os dados comprovam a afirmação do dirigente. Os programas sociais iniciados no governo Lula deram origem a um processo de reversão de desigualdade, mas, ainda assim, apesar de ser a 7ª economia do mundo, o Brasil aparece apenas em 10º em distribuição de renda mundial, segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Presidente da CUT, Artur Henrique lembra que em 10 anos a produção aumentou, mas o poder de compra caiu. "Somente a partir de 2004, após a política de valorização do salário mínimo conquistada pelas centrais sindicais, os salários mostraram uma trajetória de elevação. Dessa forma, ao avaliarmos o acumulado entre 1989 e 2008, a produtividade na indústria cresceu 84%, enquanto a renda média salarial caiu 37 pontos", avaliou.

Para Cordeiro, além de reverter o processo de acumulação, o aumento dos salários permite que o brasileiro possa investir em qualificação e que o país permaneça em um ciclo virtuoso. "Para que tenha investimento, é preciso que exista uma poupança e para ter poupança é preciso que o salário seja capaz

de suprir além dos gastos básicos de consumo como água, luz e alimentação."

A mentira na prática

"Há outros fatores que pressionam a inflação, mas não aparecem na análise dos 'especialistas', como os lucros e a estrutura tributária regressiva, que pune quem ganha menos, pois faz com que os impostos afetem majoritariamente o consumo e sejam repassados aos preços", explica Artur.

O dirigente alerta também para o fato de a falta de concorrência facilitar o aumento da margem dos lucros para tarifas públicas indexadas por contrato que ajudam a ampliar o custo da produção.

Especificamente sobre o consumo, Artur Henrique desmonta a tese de que a voracidade das famílias em ascensão social é fundamental para aumentar a inflação. "Segundo o sistema de Contas Nacionais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o consumo das famílias, em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) caiu, entre 2009 e 2010, de 61,7% para 60,6%."

Para finalizar, o presidente cutista ressalta as dificuldades que os trabalhadores enfrentariam, caso não houvesse uma política de valorização permanente do mínimo. "Diante da pressão que o setor financeiro e o mercado em geral, com a ajuda da velha mídia, têm imposto para que os salários não tenham aumento real, fico imaginando o tipo de ataque que o salário mínimo estaria sofrendo caso não tivéssemos conseguido aprovar a lei que mantém a política de valorização até 2015", indica.

Cláusulas sociais em alta nas campanhas

Cada vez mais as chamadas cláusulas sociais ganham importância na negociação com os empregadores.

Neste ano não será diferente e algumas categorias com data-base no segundo semestre já se anteciparam e arrancaram conquistas importantes. Os trabalhadores bancários, por exemplo, assinaram há pouco um acordo contra o assédio moral e continuarão cobrando medidas contra metas abusivas.

Já os petroleiros priorizarão o combate aos acidentes de trabalho e cobrarão medidas para melhorar a segurança. "Temos tido muitos acidentes pré-sal. O crescimento do setor tem levado a uma terceirização muito grande, como é o caso da Petrobrás, que tem hoje um quadro de 300 mil terceirizados. E o terceirizado tem um tempo de treinamento menor, salários inferiores, e até equipamentos de proteção individual piores, porque são as empresas que fornecem. Vamos atuar nas duas frentes, tanto nas reivindicações de trabalho igual, quanto na contratação direta", comenta Moraes, da FUP.

Para os metalúrgicos do estado de São Paulo, a prioridade será garantir a licença maternidade de 180 dias, e promover a redução da jornada para 40 horas semanais, vigente apenas nas montadoras. Paralelo a isso, a contratação de mais trabalhadores também entrará na pauta.



Cordeiro, Moraes e Biro-Biro (esquerda para direita): inflação não servirá como desculpa para frear conquistas das campanhas salariais

Temacional

Apartheid de Israel é crime contra a humanidade



João Felício com dirigente da BDS, Jamal Juma

Em visita de solidariedade à Palestina, o secretário de Relações Internacionais da CUT, João Felício, participou ao lado do secretário-geral da Confederação Sindical Internacional (CSI), Sharon Burrow, das comemorações do 1.º de Maio em Ramalah, do Seminário realizado pela ONG BDS (Boicote, Desenvolvimento e Sanções) contra Israel e de encontros com lideranças sindicais e da Autoridade Nacional Palestina.

"A agressão contra o povo palestino se afirma como um crime contra a humanidade", afirmou João Felício. E exemplificou: "ao chegarmos em Jericó, notamos a falta de água, pois Israel bloqueia a nascente do rio Jordão e só deixa chegar 20% às terras palestinas. Depois, os israelenses vendem esta mesma água roubada aos palestinos, o que está aprofundando a desertificação da região."

Por outro lado, ressaltou, "vi de perto a determinação de um povo que resiste à diáspora e reafirmei a minha convicção de ampliarmos a mobilização para colocarmos abaixo o vergonhoso muro de mais de 800 quilômetros com que Israel reproduz, em pleno século 21, a política de apartheid contra os negros adotada pela África do Sul no século passado."

Segundo João Felício, o muro continua se expandindo não só para impedir que os palestinos circulem, sob o argumento de segurança para os israelenses. "É uma forma de pressão para que deixem a sua casa, o seu país. Isso merece um olhar da ONU (Organização das Nações Unidas) e de todo o mundo para que se faça pressão sobre Israel a fim de que reconheça de uma vez por todas o Estado palestino."

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), mais de 70% dos palestinos encontram-se desempregados e dois terços da população vivem com menos de dois dólares diários.

política

É hora da reforma política



Artur Henrique, presidente da CUT, fala ao plenário durante seminário da Central sobre reforma política

Uma das principais conclusões tiradas do seminário sobre reforma política que a CUT realizou no final de maio, em São Paulo, é que as entidades filiadas à Central devem incluir o tema da reforma nos debates que fazem em assembleias, nos locais de trabalho, em seus jornais e em todos seus veículos de comunicação.

Afinal, a reforma política vai afetar diretamente a vida de todos os trabalhadores. Portanto, é preciso debater e divulgar as propostas que a Central vem construindo ao longo de atividades como o seminário.

Algumas dessas propostas já estão bem definidas.

A primeira delas é que as candidaturas a cargos parlamentares devem ser definidas em lista. Os partidos escolhem quais os candidatos devem fazer parte dessa relação e o eleitor vota no partido, em vez de numa pessoa.

Isso acabaria com o personalismo e a despolitização das campanhas políticas – onde um famoso tem grandes chances de ser eleito, mesmo que sem aptidão ou experiência na política.

Segundo avaliação dos participantes do seminário, que reuniu dirigentes sindicais de todos os ramos, além de políticos e professores, o grande desafio da proposta de lista é garantir que os partidos tenham democracia interna, com ampla participação da militância, para que a escolha não seja obra de um pequeno grupo dentro da organização.

Porém, alertam os debatedores que participaram do seminário, é importante lembrar que os candidatos atualmente são definidos, de fato, por elites econômicas ou partidárias. Isso porque os grandes empresários escolhem os candidatos para os quais vão doar dinheiro para a campanha e, como se sabe, quanto mais verbas, mais chances de ganhar.

Outra proposta para a reforma política que ganha cada vez mais adesões no interior da CUT é o financiamento público de campanha. Só das campanhas, jamais dos partidos – que devem seguir financiados principalmente pelos filiados (O fundo partidário deveria continuar? Em que termos?).

Ainda sobre a lista de candidatos, outro alerta: a legislação deve obrigar os partidos a explicarem quais os critérios usados para definir os candidatos. As candidaturas femininas foram escolhidas em mesmo número que as masculinas? Os negros estão represen-

tados? Os jovens? Os índios foram considerados? Quantos militantes participaram da convenção partidária que definiu a lista?

Essas informações, divulgadas amplamente, ajudariam os eleitores saber qual o partido com que têm maior afinidade.

Esses são os pilares da reforma política que interessam à classe trabalhadora. Há outras, como a redefinição do papel do Senado e a garantia de real proporcionalidade – hoje, num sistema em que um estado com pequeno número de eleitores tem o mesmo número de senadores que um estado de grandes dimensões, essa proporcionalidade não existe.

O seminário gravado, e as principais passagens do debate serão divulgadas em breve, por meio de nossas páginas de internet. O encontro, parte da Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda com Valorização do Trabalho, é o segundo da série. O primeiro tratou da reforma tributária.

Participaram como convidados do seminário sobre reforma política (pela ordem de fala): Yesko Quiroga, dirigente da FES (Fundação Friedrich Ebert), o professor da Universidade Federal Fluminense Marcus Ianoni, o relator da comissão especial que trata do tema, o deputado federal Henrique Fontana (PT-RS), o presidente da Fundação Perseu Abramo, Nilmário Miranda, o coordenador da Plataforma pela Reforma do Sistema Político, José Antonio Moroni, o sociólogo Emir Sader e o deputado estadual Raul Pont (PT-RS).



Emir Sader, Rosane Silva e Raul Pont (da esq. para a dir.) durante o evento

Curtas

100ª Conferência OIT

De 1º a 17 de junho, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) realiza a 100ª Conferência Internacional do Trabalho em Genebra na Suíça. Na ocasião haverá a segunda rodada de discussões sobre o tema Trabalho Decente para os(as) Trabalhadores(as) Domésticos(as), quando será definida a adoção de um instrumento internacional de proteção ao trabalho doméstico e sua natureza. A Fenatrad (Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas), filiada à Contracs (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços), tem promovido ações preparatórias para o evento.

Programa Mundos do Trabalho

Com o tema justiça e cidadania, o 'Programa Mundos do Trabalho na Praça' volta à Praça do Ferreira, centro de Fortaleza, para sua 3ª edição. De 24 a 28 de maio serão ofertados serviços e atividades diversas em cidadania e direitos, reunindo 30 instituições, do Executivo, Legislativo, Judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal, com a participação de diversas entidades não-governamentais. A CUT-CE e entidades filiadas participam da atividade com uma tenda, onde serão distribuídos materiais impressos e oferecidas informações sobre acordos coletivos, campanhas salariais, organização sindical, entre outros temas.

Terceirização em debate

Muito longe de ser uma especialização de determinado trabalho, a terceirização é, na verdade, a precarização do trabalho. No ramo financeiro, a situação é alarmante. Para discutir o tema e fortalecer o combate a essa prática, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região promove nos dias 26 e 27 de maio o lançamento de um livro e um seminário sobre o tema.

140 anos da Comuna de Paris

Em 2011, comemora-se os 140 anos da Comuna de Paris, o primeiro governo operário da história, resultado da insurreição popular de 18 de março de 1871 por ocasião da resistência popular na França ante a invasão alemã. Para lembrar a data, a CUT-PR em parceria com a APP e o Sindicato dos Bancários de Curitiba, promoveu no dia 27 de maio o seminário "Comuna de Paris – 140 Anos".

União Estável Homoafetiva

CUT-DF organiza no dia 2 de junho o debate sobre "O Reconhecimento da União Estável Homoafetiva: Uma questão de Direitos". A atividade acontecerá no próprio auditório da Central.

Piso salarial em Minas

Numa vitória do movimento sindical em Minas Gerais, representantes da CUT e demais centrais sindicais se reuniram no dia 2 de maio com o governador Antônio Anastasia. Os dirigentes sindicais participaram do lançamento da Rede Mineira coordenada por um comitê tripartite do Trabalho e entregaram ao governador a pauta da classe trabalhadora em Minas Gerais, que inclui a criação de um piso estadual salarial, a redução da jornada de trabalho, entre outras propostas.

Defesa do Servidor Público Municipal

Servidores municipais de todo o Brasil estiveram em Brasília no dia 12 de maio quando a Confetam (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal) lançou oficialmente a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Servidor Público Municipal. O objetivo é unir a Câmara dos Deputados e o Senado na luta pela melhoria do serviço público municipal prestado à população e pela valorização do servidor.

direitos

Defesa do trabalho decente norteará atuação da CUT nas conferências

A inserção do debate sobre o trabalho decente nas diversas conferências das quais o movimento sindical participará será prioridade para a CUT.

Durante encontro recente com secretários gerais e representantes da Central nos conselhos nacionais, o presidente da Central, Artur Henrique, apontou a necessidade de colocar na mesa a discussão sobre o conceito de emprego digno. "Isso inclui tratar da organização no local de trabalho, da redução da jornada, da igualdade de oportunidades, pautas que compõem a questão do trabalho decente e que devem estar interligadas nesta primeira conferência do mundo do trabalho", afirmou, em referência à 1.ª Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, que acontece em maio de 2012, em Brasília.

O dirigente também defendeu a articulação com os ramos para estabelecer um cadastro que aponte quais empresas mantêm práticas antissindiais. Estar fora dessa "lista suja" seria um dos critérios para que os empresários pudessem ter acesso a recursos públicos vindos de órgãos como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Já no início de maio, um seminário sobre a mulher e o trabalho decente também destacou que as questões específicas devem estar acompanhadas da defesa do emprego digno. "Trabalho decente só é possível quando as condições econômicas e sociais são idênticas para homens e mulheres", comentou a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Rosane Silva.



Luiz Carvalho

Seminário da CUT discutiu recorte de gênero na defesa do trabalho decente



ACESSE O NOVO PORTAL
AGORA COM A RÁDIO E A TV WEB DOS TRABALHADORES
www.cut.org.br

RÁDIO
CUT

Não há descontrole da inflação



O consumo das famílias permanece estável frente ao crescimento da economia

Qualquer um que já tenha vivido períodos de fortes taxas de inflação ou tenha lido a respeito certamente não quer a volta desse mal que, entre outros estragos, corrói o poder de compra dos salários.

Por isso, nos primeiros meses deste ano, diante de sinais de que a inflação estaria com maior apetite, muitos se preocuparam. Aproveitando-se desse temor, ou refletindo-o, os meios de comunicação e as assessorias do sistema financeiro passaram a defender a tese de que seria necessário segurar os futuros reajustes ou aumentos salariais para não liberar o dragão de vez.

Com a ajuda de dados coletados e analisados pelo Dieese, a CUT desfez esses temores e volta a afirmar que

os trabalhadores não devem acreditar que, se os salários tiverem aumento, vão atrapalhar a economia do Brasil.

Nos quatro primeiros meses deste ano, de fato, a inflação mostrou-se inquieta. Quem ia ao mercado fazer compras ou ao posto abastecer o carro, percebeu.

Mas isso não significa descontrole. Aliás, já em maio a inflação dava mostras de começar a cair (o índice de custo de vida do Dieese caiu 0,11% em abril na comparação com março). Um dos componentes que pressionou a inflação foram os combustíveis, especialmente o etanol. Isso porque o mercado internacional passou a usar mais cana para fazer açúcar que para combustível, num movimento especulativo internacional. Nada a ver com salários.

Outro problema que ocorre no início de todo o ano são os reajustes de mensalidades escolares, de tarifas de ônibus e metrô e de telefonia. São taxas que não guardam relação direta com os salários, inclusive porque uma parte significativa delas é administrada pelo poder público ou são controladas por empresas privatizadas que atuam sozinhas em suas áreas, sem concorrência, e ainda têm contratos que preveem reajustes automáticos de preços. Essas sim são fontes de pressão inflacionária que mereceriam mais atenção e formas de combate.

O exemplo recente do comportamento de preços dos combustíveis pode servir de referência. A Petrobrás, com forte presença do Estado nacional no comando, forçou, no mês de maio, a queda dos produtos que fornece, e puxou também a concorrência para baixo, afrouxando a pressão inflacionária. Isso é ação de Estado, ainda que na lógica concorrencial. Seria bom que houvesse mais frentes de ação como essa.

Outro ponto de pressão inflacionária foram os alimentos, que sofreram ataques especulativos internacionais. Para combater esse movimento de mercado, a CUT acredita que o fortalecimento da agricultura familiar, que se dedica mais ao fornecimento de comida para os brasileiros do que à produção de mercadorias para o mercado externo, é o caminho que o País deve seguir – e que exigirá mais terra, incentivo, assistência técnica e financiamento a esses produtores.

E, por fim, repasses para os preços por causa de elevações salariais normalmente são justificados pelos conservadores no caso de os salários ultrapassarem os ganhos de produtividade dos diversos setores. Ora, desde os anos 1990 que os ganhos de produtividades estão muito superiores ao crescimento dos salários. O argumento de que salário mais forte neste momento vai gerar inflação não se sustenta nem pela visão conservadora.

Cultura

Livro destaca massacre de jovens pela polícia após ataques do PCC

Débora Maia, mãe de Rogério, Ednalva Santos, mãe de Marcos e Vera Freitas, mãe de Mateus, têm algo em comum: todas perderam os filhos vítimas da violência do Estado após conflitos entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e a polícia paulistana.

A ONG Mães de Maio, formada por essas e outras mulheres que se uniram para cobrar uma resposta aos assassinatos cometidos por agentes públicos há cinco anos, lançaram no dia 12 de maio "Do Luto à Luta" no Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

A obra apresenta o depoimento das mães e de familiares das vítimas, além da visão de militantes, ativistas e intelectuais sobre o episódio.

O livro lembra a origem do caso, que data de 12 de maio de 2006, quando uma onda de crimes e rebeliões em 74

presídios, atribuídas à facção criminosa PCC, deixaram a cidade de São Paulo em estado de pânico. As ações seguiram até o noite do dia 15, ocasião em que a capital paulista ficou deserta sob um "toque de recolher".

A resposta veio em peso: entre os dias 12 e 20 de maio, 493 pessoas foram mortas. Segundo estudo realizado pela ONG de defesa dos direitos humanos Justiça Global, 122 assassinatos tiveram apresentaram participação de policiais militares. "Do Luto à Luta" traz ainda um levantamento do Observatório das Violências Policiais, que aponta 194 mortes atribuídas a agentes policiais, sendo 33 de autoria da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, braço da Polícia Militar) e outras 161 por policiais da Força Tática, policiais civis, militares ou pessoas encapuzadas. Nenhum foi preso até agora.

Para ler a publicação, acesse o link: <http://bit.ly/lfX2U>.



Obra retrata a dor e a luta das Mães de Maio